

CEDI - P. I. B.
DATA 16/09/81
COD MUD 25

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. 112
112
ROBERTO

RELATÓRIO SOBRE A ÁREA INDÍGENA COATÁ-LARANJALI. INTRODUÇÃO

A necessidade de demarcação da área, como uma das medidas para evitar as invasões constantes, e os conflitos entre a comunidade indígena e elementos da sociedade envolvente; foi a razão da designação do Grupo de Trabalho, através da Portaria nº 900/L, de 25 de fevereiro de 1981, para proceder à definição da Área Indígena Coatá-Laranjal. O período utilizado para execução dos trabalhos, foi de 06 de março a 16 de abril, sendo as atividades desenvolvidas, de acordo com o esquema seguinte:

05 a 08/03

Foram estabelecidos contatos com a 1ª DN, e Órgãos Públicos como o INCRA e o ITERAM, para obtenção de informações, e providenciados os suprimentos e o transporte para o percurso da área.

09/03

Após um sobrevôo para reconhecimento prévio da área Coatá-Laranjal, foi a chegada ao PI Coatá, onde foi organizada uma reunião geral com a comunidade, para apresentação do grupo de trabalho, e colher depoimento dos indígenas sobre a situação da área.

10/03

Visitas às moradias da aldeia Coatá, para levantamento dos grupos residenciais, e de informações sobre a organização econômica, e sócio-política da comunidade.

11/03

Entrevistas com os mais idosos do grupo, para verificação dos aspectos culturais tradicionais mantidas atualmente.

12/03 e 13/03

Início do percurso da área de Coatá, partindo do limite norte, localidade denominada Bon Intento, à margem esquerda do Rio Canumã, al

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. E.	9400/100
FLS.	112
RUBRICAS	67

deia Paraná, até a aldeia Coatá. Trajeto dos igarapés do trecho, e entrevistas com os moradores locais.

14/03

Levantamento da documentação existente na Sede do PI, e de informações junto aos funcionários da Funai na área.

15/03

Deslocamento até à área do Rio Mapiá, para verificação de armazenamento de pau-rosa, extraída da Área Indígena, por donos de roças e posseiros.

16/03

Reunião com a comunidade para esclarecimento de dados necessários, e entrevistas com a chefia do Posto e Lideranças Indígenas.

18/03

Reconhecimento da área do Igarapé Coatá e Igarapés interligados, até o cemitério local, continuando o percurso da margem esquerda do Rio Canumã até à localidade Jerônimo.

19/03

Trajeto do Rio Mapiá e igarapés até o repartimento do Mapiazzino, e levantamento dos indígenas e posseiros do local.

20/03

Repartimento indo pelo Rio Mapiazzino até o limite, colhendo as informações necessárias.

21/03

Reconhecimento e levantamento do Rio Mapiá, partindo do repartimento até cabeceiras (limite).

22/03

Retorno à margem esquerda do Rio Canumã, dando continuidade ao estudo da área e da população da aldeia Arú e proximidades.

23/03

Ainda pela margem esquerda do Canumã, identificação a partir da al

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. 290/15
N.º 114
DATA 9

deia Jacundá, aldeia Santa Rita, moradias dispersas e igarapés interligados, até à localidade Sucurijú, situada à margem esquerda do Rio Sucundurí.

24/03

Término da margem esquerda do Rio Sucundurí até o limite (Igarapé Molongó), dando início ao reconhecimento da margem direita do Rio Sucundurí (Igarapé Jaburú - limite), e seguindo pelo Rio Canumã (Margem direita), percorrendo até a antiga aldeia Chiadá.

25/03

Continuidade da identificação da margem direita do Rio Canumã, percorrendo os igarapés e moradias esparsas, e as famílias das aldeias Santo Antônio e Fronteira, até o limite norte, localidade Maloca.

26/03

Deslocamento até a cidade de Nova Olinda do Norte, para efetuar compra de suprimentos necessitados.

27/03

Cegada ao PI Laranjal, e reunião geral com o grupo, para apresentação e levantamento geral da situação da área.

28/03

Levantamento populacional da aldeia Laranjal, e de informações sobre a organização sócio-econômica da comunidade.

29/03

Visitas às aldeias Mucujá, Igarapé Açú e Cipòzinho, para coletar informações com os moradores, e presenciar festividades promovidas pela comunidade.

30/03

Identificação dos limites norte da área, e levantamento de dados com a população, iniciando no Igarapé Bararuá (Rio Acacaxis), até a aldeia Igarapé Açú. À noite reunião com a comunidade da aldeia Mucujá, para coleta de dados.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º	29.000/80
FLS.	116
RUBRICA	CP

mas da área, e Projeto de Extrativismo implantado.

10/04

Entrevistas e gravações com os líderes da área, e outros elementos da comunidade.

11/04

Reunião geral com o grupo, e participação em festividades promovidas pelos mesmos.

12/04

Retorno a Manaus.

13/04

Chegada a Manaus e visitas à 1ª DR.

14/04 e 15/04

Contatos finais com o INCRA, ITERAN, Ministério da Agricultura e DNPM.

16/04

Retorno a Brasília.

O acesso à Área Coatá-Laranjal, pode ser feita através de hidroavião, ou por via fluvial:

PI Coatá - Partindo de Manaus através do Rio Negro, seguindo-se pelo Rio Amazonas, Rio Madeira e Rio Canumã.

PI Laranjal - De Manaus pelo Rio Negro, seguindo-se pelo Rio Amazonas, Rio Madeira, Paraná do Canumã, Paraná do Abacaxis, e Rio Mari Mari.

Quanto à execução dos trabalhos de reconhecimento da área, o percurso foi feito por via fluvial, considerando o método Usual do grupo identificar seu território, que é todo recortado por rios e igarapés. Foram utilizados um barco médio fornecido pela 1ª DR, e uma "lancha" do PI Laranjal, para o trajeto feito pelos igarapés. Como acompanhantes para a identificação da área, foram recrutados lideranças, representantes locais, e outros elementos indígenas:

PI Coatá

Nunito Cardoso Munduruku
Manoel de Castro
Manoel Rodrigues Marinho
Joaquim Cardoso
Manoel de Matos
Manoel Cardoso Munduruku
Guilherme Loureiro de Lucena.

PI Laranjal

Jorge Japeca
Manoel Moreira
Albino Nascimento
Antônio de Oliveira Barbosa
Laudelino Batista
Manoel de Almeida
Pedro Jéfferson dos Santos

Os dados necessários, foram obtidos, através de reuniões com a comunidade; entrevistas com os mais idosos, lideranças, e outros elementos indígenas, e conversas informais com todas as famílias, quando das visitas feitas a cada moradia da área.

Além das chuvas constantes durante o período de permanência em campo, a maior dificuldade encontrada para realização dos trabalhos de identificação da área, foi o percurso dos igarapés. O motor da lancha utilizada, era frequentemente avariado pela vegetação, levando a recorrer ao remo, ou ao transporte da mesma sobre as árvores atravessadas ao longo dos trechos a serem percorridos. Outro problema enfrentado, foi a carência de dados demográficos na sede dos postos; acrescido da ocorrência, no PI Coatá, de registros de "civilizados" como indígenas; o que levou a um levantamento exaustivo e minucioso sobre o assunto. Apesar da comunidade conhecer e não considerar, a delimitação de sua área, feita pela Equipe Funai/

Radam, manifestavam preocupação, com as possibilidades de diminuição do território efetivamente ocupado por eles. De início, mostraram receios que incorrêssemos nas mesmas falhas da Equipe anterior, mas à medida que acompanhavam a realização dos nossos trabalhos; foi obtida a amizade, a colaboração e a confiança dos mesmos; embora conscientizados, que a nós não caberia qualquer decisão sobre sua área.

De infra-estrutura da Funai, no PI Coatá consta de:

1. Construções:

Uma casa sede, onde funciona a Cantina Indígena, a sala de rádio, sala de medicamentos, e moradia do chefe do Posto, uma escola e uma casa de funcionários, todas construídas em madeira. Há um conjunto gerador de luz, já sendo providenciadas, a iluminação para as moradias da Aldeia Sede (Aldeia Coatá - margem esquerda do Rio Canumã).

2. Embarcações:

Dois barcos grandes e uma lancha.

3. Funcionários:

Chefe de Posto, Monitor de Ensino, Motorista Fluvial e um Braçal.

PI Laranjal:

1. Construções:

Uma casa sede (Aldeia Laranjal - margem esquerda do Rio Mari-Mari), e uma enfermaria, ambas de alvenaria. Há também Rádio, e gerador de luz, estando com iluminação, todas as moradias locais.

2. Transporte:

1 barco grande construído pela comunidade, projeto do Chefe do PI e mão de obra indígena, com motor fornecido pela Funai, e uma lancha.

3. Funcionários:

Chefe do Posto e Monitor de Saúde.

II - Identificação Étnica

A área Coatá-Laranjal, é ocupada por Indígenas do grupo Munduruku. Se auto-identificam como pertencentes ao mesmo, recorrendo frequentemente à auto-denominação de caboclos. Essa classificação nas categorias índio ou caboclo, surge por oposição em uma determinada situação. É a identidade contrastiva, fundamento da identidade étnica, que se verifica nos contatos inter-étnicos, em especial quando há a fricção inter-étnica. Grupos étnicos distintos, em contacto contínuo e sistemático, elaboraram auto-definições e concepções sobre si, em contraste ao outro, para se orientarem nas relações vividas de competição e conflito.

O caboclo, que é o índio dependente do comércio regional, oposto ao índio "selvagem", "semi-nú", "hostil" ou "arredio", surge da fricção inter-étnica entre indígenas e elementos da comunidade envolvente. É a ideologia do "branco" interiorizada pelo índio, quando este passa a se ver como "intruso", "traíçoeiro", "indolente", cuja alternativa única é trabalhar para o branco.

Às condições dramáticas do contato inter-étnico, ficam evidenciadas na alienação contida na identidade cabocla. É o questionamento de si mesmo, na procura de compatibilizar o sistema antigo, e o novo; gerado pelas relações de fricção inter-étnica assimétricas, conseqüentes da dominação dos "brancos" e sujeição dos índios. Os preconceitos e estereótipos existentes na situação do contato, são apreendidas por índios e "brancos", resultando uma instabilidade no comportamento indígena diante de si, e da população envolvente.

A ambigüidade de sua situação, ocasionada pelos consumo dos estereótipos gerados por supostas características morais e intelectuais inferiores, é uma conseqüência de dominação. No convívio inter-étnico, e diante da ideologia do "branco", que procura se prevalecer nas situações sociais, são levadas a absorver as avaliações desenvolvidas sobre si, e a se comportarem de acordo com suas expectativas.

Os índios, são identificados pelos "brancos", com a categoria social ou étnica que melhor se enquadra à situação que queiram manipular. Quando se interessam pelas suas terras, anulam a linha étnica que os separa, para neutralizar o sistema jurídico' protecionista, e vencer o índio no mesmo nível de "civilizados".

Todo esse processo de identificação étnica, ditado pelas circunstâncias do contato inter-étnico, e gerador da situação' de ambiguidade, é vivenciado pelos Mundurukus de Coatá-Laranjal. Para eles, surgem também possibilidades em sua situação ambígua, de manipulação da própria identidade étnica, como alternativa ou recurso para sobreviverem às imposições do contato.

As flutuações na sua identificação étnica, são decorrentes da necessidade de fazer prevalecer seus direitos sobre seu território, quando invocam sua identidade indígena, embora sendo' latente em todas as outras situações. Através da interiorização de valores alienígenas sobre a etnia índio, são levados a se auto-denominarem de caboclos. Se valem desse expediente, como tentativas' de diminuição da distância que os separa do "branco", acrescido do desejo de serem tratados como gente, se subtraindo as várias discriminações a que ficam expostas enquanto se identificam como índios, submetidos que estão à dominação da sociedade Majoritária.

III - Ocupação da Área pelo Grupo Indígena

A) Bibliográfico

Quando foram identificados pela primeira vez, em meados do século XVIII, os Mundurukus ocupavam um extenso território, chamado Mundurucânia, que era limitado ao norte pelo rio Amazonas, ao sul pelo Rio Juruena, a leste pelo rio Tapajós, e a oeste pelo Rio Madeira (Aires do Casal, 1943 : 233).

As primeiras referências sobre os Mundurukus, provém' de 1770, data aproximada de quando entraram em contato com os colonizadores. O primeiro documento que se refere aos Mundurukus, foi escrito por José Monteiro Noronha, vigário geral do Rio Negro, em

- 10 -

PROC. N.º	2900/80
FLS.	121
RUBRICA	CP

10

1768, onde relatava que o Rio Maué, indo pelo furo Urariá (hoje Paraná Mirim do Canumã), era habitado por numerosas tribos, entre eles os índios Mundurukus. Em tal época, praticaram uma série de ataques ao longo do baixo Tapajós.

Foram considerados como os índios mais aguerridos da região, conseguindo distinção como "caçadores de cabeça", objetivo principal das expedições guerreiras que empreendiam contra outros grupamentos indígenas e colonizadores (Murphy, 1960:8).

Por volta de 1770, deram devastadores assaltos às Colônias Portuguesas do Tapajós, passando a partir de trato "benévolo" por parte destes, a manter relações de amizade com os mesmos, chegando a se unir a eles no combate a outros grupos indígenas. Entre 1780 e 1784, voltaram a atacar a periferia das cidades de Santarém e Gurupá, às margens do Amazonas, bem como os Muras e Parintins (Horton, 1948:273). A ocupação do vale do Madeira e de seus afluentes, durante o século XVIII, chocou-se com a resistência de grupos indígenas numerosos e aguerridos como os Maués e Muras. Os Mundurukus do Rio Madeira, teriam emigrado da região Tapajós, na segunda metade do século XVIII, entre 1750 e 1768, quando desceram pelo Rio Sucunduri e Rio Canumã, se espalhando também pelos Rios Maué-Assú, Abacaxi e seus tributários. Em 1794, os Mundurukus do Madeira, contataram amistosamente com os "brancos" da capitania do Rio Negro.

As primeiras cidades habitadas por Mundurukus "pacificados" foi a chamada Maués, instalada por José Rodrigues Preto da Cruz, que na época continha 243 famílias de Mundurukus e Maués. Joaquim Corte Real formou a Vila do Canumã, com índios Mundurukus, no local onde era antes a aldeia dos Abacaxis, fundada pelos jesuítas em 1696.

Estas foram as primeiras cidades habitadas pelos Mundurukus, sob o sistema de diretório, onde cada diretor ficava com 1/6 do que era produzido ou coletado pelos índios. A paróquia de Canumã, situada no Estado do Amazonas, Município de Borba, na margem

51

PRCC. N.º	2900/80
FLC.	122
INULINCA	<i>[assinatura]</i>

direita do Rio Canumã cerca de 20 Km de sua foz, fora fundada em 1802, e missionada pelas Carmelitas em 1804. Nos primeiros anos de sua fundação, sua população era estimada em 1550 a 1800 pessoas, às quais se juntaram algumas famílias "brancas". A paróquia de Canumã foi confirmada pelos Carmelitas nessa categoria, pela Lei Provincial nº 92 de 6 de novembro de 1858. Foi desmembrada dos termos de Maués e incorporada ao da capital pela Lei Provincial nº 71 de 04 de setembro de 1856, anexada no Município de Borba pelo artigo 11 da de nº 73 de 10 de dezembro de 1857 e artigo 11 da de nº 362 de 4 de julho de 1877.

Em 1852 ainda há notícias de ataques de bandos indígenas. O próprio Presidente da Província do Amazonas, estimula ação armada contra os mesmos. Segundo o Presidente da Província do Pará, (Araújo Brusque, 1862), "são excessivamente desconfiadas; mas simples e sinceros no seu trato com as tribos vizinhas, e principalmente para com os civilizados que os procuram (...) A caça e a pesca são sua indústria favorita (...) cultivam guaraná, tabaco e mandioca e são inclinados ao comércio". Em 1877, os Mundurukus eram estimados em 40.000 (Martins), entretanto, de acordo com as aldeias conhecidas, sua população chegava a 10.000 (Strömer).

A migração do Tapajós para a região do Madeira por volta de 1750 e 1768, quando os Mundurukus se espalharam pelo Rio Sucundurí, Canumã, Maué-Assú, Abacaxi e tributários, coincidiu com a expansão da extração da borracha, que envolveu toda a área do Amazonas. Seu engajamento a tal atividade, se deu em decorrência da necessidade de aquisição de bens manufaturados.

O primeiro século do contato com a sociedade nacional (1770-1870), grande número de Mundurukus, abandonavam seus locais de origem inó se estabelecer próximo aos centros urbanos, as missões ou as pequenas cidades às margens dos rios, criando uma maior dependência do "branco". O segundo século desse contato (1870-1970) foi marcado por uma participação progressiva do grupo à economia do Amazonas.

PROC. N.º 2900/80
FLC. 123
AMERICA

B) Memória Tribal

Segundo o grupo, o Rio Canumã, Rio Sucundurí, Rio Mapiá, Rio Mari-Mari e afluentes, é território tradicionalmente ocupado por eles. Os mais idosos relembram os antigos moradores das Aldeias Chiadá e Dois Irmãos (margem direita do Rio Canumã); Aldeia Maricuera (margem esquerda do Rio Canumã); Aldeia Jutai (margem direita do Rio Sugundurí); Aldeia Laranjal (margem direita do Rio Mari-Mari); São José do Cipó e Cacoal (margem direita do Rio Mari-Mari), e Aldeia Tauacuera (margem esquerda do Rio Abacaxis). Estas seriam as aldeias mais antigas, tendo sido extintas, em consequências do empaludismo que atacara a população, restando poucos sobreviventes que se deslocaram para as proximidades, formando novas aldeias.

O território ocupado pelo grupo, se estenderia até a Vila de Canumã, para onde se deslocavam para participar de festividades religiosas, e onde muitos possuíam moradias, para se estabelecerem por época da realização das mesmas. Fora, desde os tempos de sua fundação, ocupada pelos Mundurukus, juntamente com algumas famílias de "civilizados". Por volta de 1975, passou definitivamente para o domínio dos regionais.

C) Extensão da área ocupada pelo grupo

São 732.000 ha, a extensão da área efetivamente ocupada pelos Munduruku de Coatá-Laranjal, de acordo com seus padrões tradicionais de ocupação. A área é formada por terras secas e úmidas, com vegetação de cerrado e colinas, com recursos essenciais à sua sobrevivência. A relação fornecida pelo grupo, das áreas secularmente pertencentes a eles, no Vale do Rio Canumã, Rio Mari-Mari e tributários, é a seguinte:

Margem esquerda do Rio Mari-Mari

Miracãoera

Panema

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

REC. N. 40
124
TRICA

Paca

Laranjal

Curral

Bem Assim

Jacaré*

Cipó

Igarapé Açú

Igarapé das Pedras

Laguinho

Margem direita do Rio Mari-Mari

Cacoal

Boi

Cipôzinho

Piracatinga

Mucajá

Sorval

Margem esquerda do Rio Mapiázinho

Iracema

Terra Preta

Libéria

Castanhalzinho

Munguba

Macaco Preggo

As pedras

Cacaia

Piquiá

Samuuma

Cruzeiro

Remanso

Margem direita do Rio Mapiázinho

Nova Inveja

Acará

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CC. N. 2900/80
125
MICA 90

São Pedro

Cajú-Açú

Miriti

Helinho

Igarapé Rio Novo

Mapiazinho

Margem direita do Rio Mapiá

Cassado

Zacarias

Cantagalo

Camarãozinho

As Patas

Nova Empresa

Cachoeira

Veado

Boial

Parteiro

Bacurinha

Curimbó

Espanha

Nova Inveja

Iracema

Cupido

Santo Antônio

Água Azul

Margem esquerda do Rio Mapiá

Jerônimo

Cumã

Cachimbo

Ilha das Pombas

São Domingos


São José

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º 290/80
FLS. 126
RUEIRICA *OP*

- Fortuna
- Pajurá
- Camarão Grande
- Cesário
- Bom Futuro
- Alexandre
- Estalação
- Prego
- Jabota
- Madalena
- Menez
- Fortaleza
- Margem direita do Rio Canumã
- Areia
- São Domingos
- Boiuçú
- Igarapé Maruim
- São João
- Ponta da Onça
- Cafêzal
- Perú
- Biribá
- Ilha do Careca
- Castanhalzinho
- Igarapé Fronteira
- Nova Estrela
- Santo Antônio
- Pimentel
- Cobras
- Chiadá
- Igarapé Boa Vista
- Fortaleza

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º 2901/80
FLS. 127
RUBRICA 

Dois Irmãos
Igarapé das Pedras
Igarapé Açú
Ponta Fina
Castanhal Açú
Vital
Taracuá
Tabocal

Margem esquerda do Rio Canumã

Bom Intento
Igarapé Parauá
Santa Rosa
Igarapé Micaiela
Mamoal
Tartaruguinha
Caiaué
Coatá
Arú
Traira
Patauá
Aracú
Castanha
Igarapé Jacundá
Maricuera
Ilha Inajá
Igarapé Comar
Niterói
Igarapé Pescoço
Igarapé Barro

Margem direita do Rio Sucundurí

Jaboti-Caá
São Miguel

PROC. N.º 2900/80
FLS. 128
RUEIRCA (M)

Cantagalo
Terra Preta
Tucumã
Macacarecuia
Sucurijú
Jutaí
Pacova
Terra Vermelha
Peixinho
Margem esquerda do Rio Sucudurí
Igarapé Palhal
Igarapé Boniteza
Igarapé Jujú
Santa Rita
Jundiá
Igarapé Batata
Peiriquito
Prainha
Igarapé Sucurijú
Cumarú
Molongó.

IV - Mágico Religioso

O longo tempo de atuação de Missões Religiosas, junto ao grupo; com suas tentativas de eliminar a religião nativa, e diante das dificuldades de preservação da mesma nas novas situações enfrentadas; não impediram a conservação de algumas crenças e práticas de seu patrimônio religioso.

O Xamanismo ainda é muito praticado entre eles, extraíndo-se do corpo do enfermo, um objeto maligno (dentes, folhas, insetos, espinhos, etc...), com a aplicação de fumaça e sucção. Tal objeto teria sido introduzido pelo pajé, que praticaria bruxarias. Há uma crença acentuada na feitiçaria como causa de doenças. Quan-

PROJ. Nº 2400/80
REC. 129
RUBRICA 90

do convictos que a morte de algum elemento, fora causada por futeiçaria, chegam a eliminar o feitiçeiro.

Para afastar a panemam o mau-olhado; as feitiçarias, e quebranto; utilizam banhos em ervas e raízes específicos, defumação, e benzições. Demonstram maior credibilidade nos métodos tradicionais de tratamento, que nos modernos, recorrendo aos últimos, quando comprovada a ineficácia dos seus.

Espíritos de animais como peixes, cobras e outras espécies, são temidos pelo grupo. Haveria um reino encantado no fundo das águas, comandado por espíritos de cobras, ao qual, somente o pajé teria acesso através de seus poderes. Por receio de serem atacados por tais espíritos das águas, em especial pelo espírito do boto, as mulheres permanecem de repouso, não se deslocando até os rios, durante o ciclo menstrual.

Espíritos das matas, com forma humana de baixa estatura, ou cobertos de palha, seriam os causadores da perda da rota de retorno para casa; aguentariam a caça, e poderiam chegar a matá-los.

O acontecimento de uma morte entre eles, mobiliza toda a comunidade, para a cerimônia do enterro, permanecendo uma semana sem trabalhar, em homenagem ao mesmo. Cultuam um grande respeito a seus mortos, fazendo a visitação dos cemitérios, para a cerimônia de "aluminação" do dia de finados, quando fazem suas orações e são acesas velas, nos túmulos de todos os seus parentes.

A religião predominante entre a população, é a católica, sendo esporadicamente visitados pelos padres da cidade de NOva OLinda, do norte, quando são solicitados pela comunidade, para oficiarem alguma cerimônia de casamento, batizado, ou outra comemoração. No PI Coatá, há um templo católico na aldeia Coatá, e outro na aldeia Arú. Também um templo Protestante Batista está localizado na Aldeia Coatá, se dizendo adeptos, apenas três famílias, que são assistidas pelos pastores da cidade de Itacoatiara, que atuam junto a eles, por volta de vinte e cinco anos.

PROC. N.º	7911/1-2
FLS.	120
RUBRICA	(P)

No PI Laranjal, só contam com a atuação da Igreja Católica, havendo um templo na Aldeia Laranjal e outro na Aldeia Mucujá. É extenso o calendário de festividades de Santos Católicos de Coatá-Laranjal: São João, Menino Deus (Natal), Santa Maria, Santa Luzia, São Sebastião, São Tomé, Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, Nossa Senhora de Nazaré e Nossa Senhora da Conceição.

O período para cada festa de Santo, varia de três a sete dias, contando a comunidade, com dirigentes da igreja, "protetores do Santo", que juntamente com outros elementos do grupo, promovem e coordenam tais festividades, que obedecem a um esquema com poucas variações: Inicialmente, uma comissão de seis elementos faz o percurso das moradias com o Santo e bandeira, ao som do gambá Cañaraxá, tamborim e violino, para o levantamento de donativos (farinha, frutas, ovos, polvilho, galinhas, etc...).

Dentro de suas possibilidades, cada família coopera para a organização da alimentação para a comunidade, durante o período em que ficam reunidos para a festa. Promovem competições esportivas de várias modalidades, e torneios de futebol entre si, entre os de Coatá e de Laranjal, convidando às vezes times de regionais (Vila do Abacaxis e Paraná do Urariá). Todas as noites da festa, fazem a ladainha, e após a mesma, dançam ao som do gambá e de ritmos regionais. Para o encerramento, organiza-se uma procissão terrestre com o Santo, percorrendo a Aldeia e retornando à capela para as ladainhas. A festa dançante, é sempre o final de todas suas festividades religiosas, sempre com a apresentação da dança do gambá", que é tradicional entre eles.

PROJ. 2900/00
PLS. 210
RUBRICA (M)

VI - Sócio-Política

Os aproximadamente dois séculos de contato com a Sociedade Nacional, trouxe para os Munduruku de Coatá-Laranjal, uma série de graves problemas, para conseguirem sobreviver às condições de vida a eles impostos.

Vinculados que foram desde o início do contato, às formas individualizadas dos trabalhos extrativistas do sistema econômico regional, em muito foi dificultada a preservação de sua organização sócio-política original.

Na situação atual, o grupo residencial é a unidade funcional mais importante de sua sociedade. São os indivíduos que vivem na mesma casa, relacionados por laços biológicos ou sociais, funcionando como unidade cooperativa, com grande solidariedade externa.

As associações familiares encontradas são as nucleares e a extensa, havendo predominância das nucleares que assumiram funções econômicas anteriormente pertencentes a unidade maiores. Também a atuação das missões junto ao grupo, veio a reforçar e estabilizar a família nuclear, e os laços matrimoniais.

Está se processando uma crescente miscigenação da população, sendo frequentes os casamentos inter-étnicos, causando problemas para a comunidade, uma vez que a maioria dessas uniões, são feitas com o objetivo de explorar a área indígena. Muitos desses "civilizados" que se casam com indígenas, já constituíram famílias em seus locais de origem, mantendo tal relação apenas para justificar e garantir sua permanência dentro da área, visando a exploração econômica da mesma. Ainda as dificuldades de adaptação às normas do grupo, e de sujeição às lideranças indígenas, aumentam os atritos nas relações inter-étnicas, permeadas que são pela discriminação por parte de "civilizados".

A maioria dos casamentos, são feitos através de entendimentos entre os interessados e respectivas famílias, raramente realizando cerimônias religiosas, ou registros na Sede do PI. Após o

PRO...	0400/RO
REC...	211
IBERICA	60

casamento, geralmente providenciam uma nova moradia, e, em alguns casos, se estabelecem na casa dos pais da noiva, ou dos pais do noivo, não havendo uma regra de residência determinada.

Quando do nascimento de uma criança, o pai evita atividades que exijam muito esforço físico, durante uma semana, pela crença de que tal atitude prejudicaria a saúde do filho. Quando necessitam se ausentar de casa, para executar os trabalhos que devam ser evitados, utilizam a prática de deixar junto da criança, algum objeto simbolizando sua presença junto da mesma.

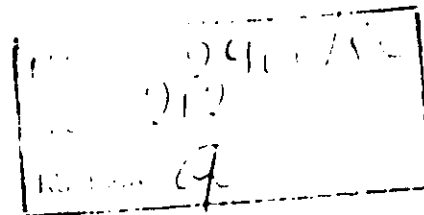
O cuidado e educação dos filhos, fica sob a responsabilidade dos pais, sendo frequente a adoção de crianças pelos avós. Laços de solidariedade são criados através do sistema de compadrio. Com a realização do batizado religioso da criança, ficam estabelecidos laços de amizade e cooperação entre afilhados, padrinhos e compadres.

Toda a população, se encontra estabelecida às margens dos rios ou igarapés, em aldeias ou dispersados. Suas habitações são construídas com esteios e assoalhos de madeira, cobertura e paredes trabalhadas em palhas e cipó; contando na maioria, com duas divisões internas. Muitos, já contam com habitações totalmente construídas em madeira.

Como são populações localizadas às margens de rios, cada família possui sua canoa, que é fabricada por elementos do grupo. O fabricante e o interessado escolhem a madeira a ser utilizada no fabrico da mesma. São adquiridas, através de troca em produtos ou por dinheiro.

Se reúnem com freqüência para as festividades que promovem, na maioria festas religiosas; quando fazem a exibição da "dança do gambá". Os instrumentos utilizados são o caracaxá, tamborim, gambá e violino; já se observando uma preferência pelos ritmos regionais, assumindo a dança do gambá, um papel secundário em suas comemorações.

Os mais velhos, ainda gozam de muito prestígio e res-



peito; tanto pela idade, como pelos conhecimentos que possuem do tradicional. Paralelamente, os jovens vão gradativamente assumindo papéis mais destacados dentro do grupo, pelos conhecimentos que vão adquirindo sobre a cultura do "branco".

As lideranças gerais, estão atualmente, sob a responsabilidade de jovens, na faixa de trinta anos de idade, os quais contam sempre para suas decisões, com o apoio e sabedoria dos mais idosos, que passaram a ser os conselheiros do grupo.

Tanto o Tuchaua do PI Coatá, como o do PI Laranjal, foram eleitos pela comunidade, permanecendo os antigos capitães auxiliares de cada aldeia.

Os problemas mais simples, são resolvidos pelos capitães locais, e os mais sérios, são encaminhados ao chefe geral, quando as decisões são tomadas em reuniões, onde participam todas as lideranças; outros elementos da comunidade, e com papel de destaque, os mais velhos da comunidade.

VII - Aspéctos Sócio-Econômicos

A - Atividades de Subsistência:

I. Agricultura -

Fazem roças e fabricam a farinha desde tempos em que foram contatados.

Cada família tem a sua roça e plantações particulares, mantendo um sistema de plantação, pela colaboração mútua, através de convites do dono da roça.

Existe um direito de propriedade transitório, de uso ou usufruto sobre a área que ocupa e utiliza.

A família nuclear é o centro das atividades econômicas, sendo a ela reservados, direitos exclusivos sobre sua produção.

Quanto à divisão do trabalho por sexo, as mulheres não participam apenas das etapas iniciais de desmatamento e queima, sendo atuantes nas fases de limpeza, colheita, e em especial no fabrico da farinha.

Ao lado da mandioca, plantam também batata, feijão, diversos tipos de frutíferas (abacate, banana, manga, laranja, cajú, cupuaçu, açaí, bacaba, goiaba, etc...), café, cacau, guaraná, seringueira e castanheira.

Para a plantação da mandioca, após o preparo do terreno, fazem um plantio prévio no centro da mesma (mãe da roça), como experiência. Duas semanas após o plantio, quando a mãe da roça, já esteja germinando, fazem o plantio geral. A tecnologia utilizada é a rudimentar (machados, terçados e enxadas), usando aproximadamente um hectare, para suas plantações familiares.

A produção de farinha é basicamente para o próprio consumo, contanto com algum excedente que trocam por outras mercadorias. É a alimentação básica do grupo, acrescidas as modalidades do beijú, da tapioca e do biscoito de polvilho.

A colheita da mandioca, é feita após um ano e meio após o plantio, utilizando um roçado, no máximo até o segundo plantio, quando um terceiro, se tornaria improdutivo. Ocorre um processo de rotatividade no uso da terra, para as atividades agrícolas, decorrente do enfraquecimento do solo, conseqüente do tipo de tecnologia adotada. Com o tempo, são levados a fazerem seus roçados, em locais cada vez mais distanciados das moradias, e a uma migração intra territorial.

2. Extratativismo da Castanha

Foram engajados ao sistema econômico regional, às atividades extrativistas, desde o início do contato. Sua atividade econômica mais significativa para sua subsistência na atualidade, é o extrativismo da castanha. A dispersão ecológica dos castanhais, implicou na dispersão espacial dos indígenas extrativistas.

Cada família tem sua colocação de castanha, devidamente demarcada, explorando a mesma, independente dos outros membros do grupo. A organização da produção da castanha, apresenta certa semelhança àquela existente nos "barracões" brasileiros.

Para ampliar suas possibilidades de acesso a determinadas mercadorias, são levados ao desejo de produzir o maior número de hectolitros de castanha, alterando alguns papéis sociais, pela individualização e competitividade contidas em tal atividade. Essa necessidade de produzir cada vez mais, tendo castanhas como propriedade privada, tem gerado tensões entre o grupo, pelo conteúdo de "competição" estranho às formas tradicionais de vida.

A estrutura econômica regional, só deixou à população indígena uma alternativa: integração às atividades extrativistas, com o conseqüente rompimento do seu antigo sistema de valores. É período da safra da castanha, que vai de dezembro a março, leva a um processo de migração temporária das famílias indígenas, para os locais da extração. Muitos possuem colocações de castanha em locais distantes e lá constroem uma moradia provisória, para se estabelecerem durante o período do extrativismo da mesma. Após as etapas de recolhimento e quebra dos ouriços, a castanha é transportada até o "ponto" onde será comercializada.

Ao lado da produção da castanha, se dedicam em menor escala a outras atividades extrativistas:

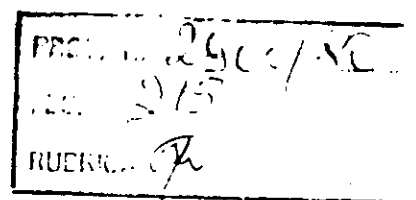
Látex - maçaranduba, batata, sorva, seringa, sernambi.

Madeira - itaúba, acaricuara, pau-rosa, louro, cedro, jacarandá, supina, andiroba. Estas espécies de madeira, são utilizadas para o próprio consumo (construção de casas e embarcações) e são comercializadas para se suprirem com alguma mercadoria para subsistência.

Cipós: ambé, açú, arumã, titica, são utilizados para artesanato, e são também comercializados, com maior valor o cipó titica.

3. Coleta

Para complementação sua alimentação, recorrem também à coleta de vários tipos de frutos silvestres: açáí, bacaba, pataúá, tucumã, caramuru, castanha, buriti, caraná, guajará, mucajá, ingá, uirí e outros.



4. Caça

É mais utilizada para a subsistência que a pesca. A caça diurna é mais abundante: anta, veado, porco, cutia, paca, tatu, guatí e macaco.

À noite caça-se somente de dois ou mais elementos, utilizando a canoa pelas margens dos rios, à espera que a caça desça para beber água.

Encontram-se aves que caçam para seu consumo: tucano, arara, nambú, jacú, cujubim e mutum. O método de caça utilizado, é através de espingarda, acompanhado de cachorro, sempre dando uma parte do produto ao mesmo.

Ainda conservam o costume de dividir, tanto a caça como a pesca, entre parentes e amigos.

5. Pesca:

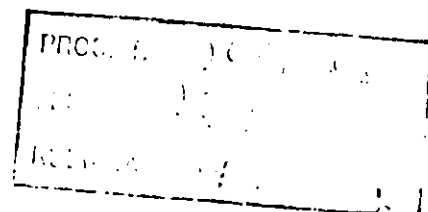
Praticam a pesca diurna e noturna. A pesca diurna é feita com anzóis e à noite, é através do processo de fachação nas margens dos rios.

É mais abundante no verão, sendo o rio Canumã, um dos mais piscosos da região. No PI Laranjal, na localidade Lagunho, é a área mais rica em peixes.

A pescaria é uma atividade desenvolvida individualmente, ou em grupos, quando necessitam alimentação para a comunidade, quando se reúnem. Os tipos de peixes mais consumidos: matrinhão, tambaqui, charuto, jaraqui, sardinha, pirarucu, pacú, ararú, tucunaré e traíra.

6. Artesanato:

Tipiti, peneiras, cestas, chapéus, panneiros, abanors, flechas, também são fabricados para suprir suas necessidades, se dedicando a tais atividades, para fins de comercialização.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAIB) Relações de Produção

Atividades comerciais foram desempenhadas pelo grupo, desde tempos dos colonizadores, sendo já muito antiga sua inserção no sistema produtivo regional.

Suas atividades, são cada vez mais voltados para o mercado regional, com o objetivo de adquirirem as mercadorias alienígenas de que necessitam.

São os gêneros alimentícios, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, armas, munições, roupas e outras, as necessidades geradas pela aquisição de novos valores, levando-os a se dedicarem a atividades que não sejam unicamente para seu próprio consumo. É a necessidade de um excedente para trocar por mercadorias essenciais nas atuais condições de vida.

Daí, ficar explicado o fato de ser o extrativismo da castanha, a atividade econômica mais importante entre eles.

Na exploração da mesma, se realiza o logro da população indígena. Sempre que vendem sua castanha, e compram suas mercadorias, são expoliadas.

Não têm condições de vender diretamente seu produto no mercado local (município), vendendo no "ponto" da extração, ao intermediário chamado "regatão".

Seu "patrão" é o regatão, que tem o monopólio do fornecimento dos gêneros de que necessitam, reforçando o mesmo, através do sistema de aviamento.

O endividamento prévio e permanente é o elo principal nas relações em que se desenvolve a apropriação de seu produto, e conseqüente subordinação ao "patrão". A manipulação abusiva dos preços das mercadorias passadas ao índio, acentua sua exploração, que o deixa sempre em débito.

No final da safra, está sempre individado com o "patrão", e sua produção a cada ano, é destinada a cobrir seus débitos anteriores, sendo obrigado a entregar ao aviador o seu produto.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. Nº	0410/80
DATA	20/11/80
RUBRICA	af

Neste esquema, se encontra a apropriação expropriativa pelo regime, de todos os outros produtos indígenas que possuam valor comercial: farinha, artesanato, madeira, e todos os outros produtos de extrativismo.

Estão assim vinculados a um sistema econômico, sobre o qual nada podem decidir, numa situação de dependência total.

c) PI Coatá

Através da Portaria nº 886/E, de 13 de novembro de 1980, foi aprovado o Projeto de Extrativismo Vegetal do PI Coatá, com inversões no valor Cr\$ 2.600.000,00 com objetivo de melhoramentos de suas condições gerais, em particular seus meios de trabalho, e de meios de escoamento de sua produção extrativa - a castanha do Pará - considerada, ser esta sua principal atividade econômica para subsistência.

Constam como objetivos específicos:

- Investimentos no valor de Cr\$ 1.999.760,00 em embarcações, construções e outros, para facilitar o armazenamento e escoamento da produção, procurando introduzir novos implementos para aumentar a produção, e conseguir melhores preços no mercado consumidor.
- Fornecimento de gêneros de 1ª necessidade, para a maior fixação da comunidade nos trabalhos extrativos, através da Cantina Reembolsável, pelo aviamento no valor de Cr\$ 1.084.900,00, de ferramentas, gêneros alimentícios, material de caça e material de pesca.
- Tornar o grupo mais coeso em torno do trabalho implantado, e atingir a produção de 1.500 hectolitros de castanha.

O aviamento, seria reembolsado em três parcelas a mais (82, 83, 84), e o restante da produção seria para manutenção da comunidade e formação de capital próprio, ficando a safra de 80/81 para o refinanciamento financiamento da safra seguinte e suprimento do grupo. A Cantina Reembolsável, teria como administrador o chefe do PI, juntamente com elementos do grupo, tendo sido implan-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. Nº	13
REG. Nº	
RUELA	

tado em dezembro de 1980 com período indeterminado de funcionamento. A cada final da safra, deverá ter de volta, os créditos concedidos aos índios através de mercadoria ou dinheiro, no ano seguinte. O local de funcionamento da mesma, é o próprio barco adquirido pela necessidade de atendimento da comunidade, em suas diferentes pontos de extração, já contando a sede (Aldeia Coatá), com a cantina indígena. Não questionando o valor dos investimentos feitos para a comunidade, através do Projeto, cujo objetivo primeiro é a elevação de seus padrões sócio-econômicos; temos a esclarecer algumas observações feitas durante o período de permanência em campo, sobre o funcionamento da Cantina Reembolsável, e a previsão do volume da produção de castanha:

1. Entre as normas da Cantina, consta que as mercadorias serão passadas aos índios, pelo preço adquirido no comércio, acrescidos de mais 10%, para cobrir despesas com transportes, perdas, etc..., e manter o capital em nível suficiente para as safras seguintes. Foi verificado, que muitas destas mercadorias, estavam sendo aviadas aos índios, a um preço mais elevado que os preços dos vários regatões que se relacionam com o grupo através do sistema já descrito no item anterior.

Tal fato, acrescido da não participação indígena na administração da Cantina, em particular, nas etapas em que se efetuou a compra de mercadorias, trouxe como consequência, uma grande insatisfação e desconfiança por parte da comunidade, em relação ao administrador da mesma (Chefe do PI). Já que o Projeto implantado, visa o monopólio sobre a produção da castanha do grupo, e do fornecimento de suprimentos, dificilmente conseguirá eliminar o concorrente regatão, através das práticas que estão sendo adotadas, devendo-se recorrer a medidas, para evitar que as relações de produção da comunidade e regatão, persistam através da figura do chefe do Posto.

2. Como a produção da castanha, é muito variável de um ano para o outro, são muito arriscadas quaisquer previsões que se

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

façam em relação a mesma. Dos 1.500 hectolitros previstos para a safra 80/81, apenas 438 haviam sido coletados pelo grupo, já atingidos 29% da produção total. A maioria da população já se encontrava endividada com a cantina, em razão dos altos preços em que as mercadorias foram passadas a eles, e por ter sido um período de baixíssima produção de castanha.

B) PI Laranjal

A economia da comunidade do PI Laranjal, apresenta como particularidade, um significativo excedente da produção familiar da farinha. Paralelamente, cada aldeia conta com plantações comunitárias de mandioca. Em termos anuais, já se verifica uma tendência a um equilíbrio, entre a produção excedente de farinha e a produção de castanha.

Pela Portaria nº 860/E de 21 de outubro de 1980, foi aprovado o Projeto Agrícola do PI Laranjal, e a liberação da quantia de Cr\$ 1.500.000,00 para sua implantação, objetivando a incorporação de melhorias nas condições sócio-econômicas da comunidade, através do plantio de 10.000 pés de guaraná, numa extensão de 25 ha, visando atingir uma produção de 10.000 kg de guaraná industrializado (torrefação). Incluindo a utilização da mão-de-obra indígena, para as operações de broca, derrubada, encoivramento, queima, plantio, tratos culturais, colheita e industrialização, e a aquisição das mudas, o custo alcançaria Cr\$ 1.030.000,00, que será reembolsado em tres parcelas anuais após o ano de sua produção - 1985.

Durante o período de permanência na área, pudemos constatar os 11.000 mudas de guaraná que haviam sido plantadas nas várias aldeias:

Aldeia Laranjal e Aldeia Laguinto -	9.000 pés	(15 ha)
Aldeia Mucujá -	2.000 pés	(6 ha)
Aldeia Igarapé Açu -	1.000 pés	(2 ha)
Aldeia Cipozinho -	1.000 pés	(2 ha)

Foram utilizadas técnicas e mão-de-obra indígenas. Aproveitaram experiências da própria comunidade, quando obtiveram bons resultados,

através do plantio do guaraná associado a outras vegetações, pela razão do mesmo necessitar de sombra, durante os 3 primeiros meses' após plantado. Ao lado da proteção natural da vegetação, foram feitas coberturas de palha sobre as mudas, para sua maior proteção contra o calor.

O guaraná plantado já se encontrava bem desenvolvido, e a comunidade se mostrando satisfeita com os trabalhos realizados e planejando o plantio de mais 3.000 pés, e o reflorestamento dos roçados abandonados, com plantações de seringueiras, castanheiras, e café.

A Cantina do Posto, vendendo a um preço inferior, e comprando a preços mais elevados que os do regatão, está adotando' critérios mais racionais para combatê-lo. Com isso, e um melhora - mento da infra-estrutura na área, para atendimento das necessidades da população, poderá mais facilmente supera as relações do grupo com o regatão, tão prejudiciais aos indígenas a ele submetidos.

E) Integração Social

O relacionamento da população de Coatá=Laranjal com elementos da sociedade nacional, se verifica essencialmente pela sua dependência já secular, dos recursos do "branco" postos ao seu alcance, ao preço da descaracterização cultural e problemas' consequentes, e uma série de outros, gerados pela assimetria de tais relações, não podendo interagir e competir com os elementos' regionais contatados em igualdades de condições, em razão das suas particularidades étnicas.

Vão gradativamente se tornando menos diferenciados' dos elementos regionais contatados, mas continuando a necessitar de uma assistência protecionista, para conseguirem sobreviver às condições que lhes são impostas pela sociedade dominante.

Diante dessas necessidades, em maior proporção das famílias mais distanciadas da sede do PI Coatá, a administração local, é omissa e desinteressada no desempenho de suas funções, não mantendo uma atuação que possa ser confiável e respeitada pelo gru

po. Seu atendimento não é extensivo aos elementos dispersos ao longo dos rios, ficando os mesmos carentes das mercadorias para subsistência, medicamentos, transportes, educação, comercialização, se tornando um alvo fácil para os exploradores. Para conseguirem sobreviver e resistir às pressões, invasões e expropriações constantes sobre sua área e seus recursos, necessitam de uma orientação, proteção e assistência eficaz por parte da administração da FUNAI local. Quanto à administração do PI Laranjal, apesar de não contar com recursos materiais e humanos suficientes, tem conseguido um trabalho junto à comunidade, que vem atendendo às suas expectativas.

Apesar do padrão ocupacional da área pelo grupo, obedecer a um esquema de dispersão de muitas famílias ao longo dos rios, não impediu a interação entre todos os elementos da comunidade, inclusive entre os moradores do PI Coatá e os do PI Laranjal.

Os Saterés

Em maio de 1980, foi transferido para o PI Laranjal, um grupo de Saterés, originários do PI Andirá, que durante aproximadamente 3 anos se encontravam no rio Camanaú (PIA Camanaú). No PI Andirá, ocorreram desentendimentos entre os mesmos e as lideranças locais, o que levou a se deslocarem para o Camanaú. De Camanaú para o Laranjal, a transferência das 8 famílias, num total de 43 pessoas, fora decidida por razões administrativas.

Em Laranjal, foi designada uma área para os mesmos, onde construíram suas moradias, já contando com 9 ha de plantação de mandioca e mais 1.000 pés de guaraná do Projeto. Sua Aldeia é denominada cipòzinho, localizada no igarapé do mesmo nome.

Foram bem acolhidos pela população Mundurucu local, mas enfrentaram uma série de dificuldades durante esse primeiro ano de sua transferência para a área. Não contaram com a assistência da Funai tão necessitada durante esse período. A 1ª DR prometera supri-los com os gêneros alimentícios, para sua subsistência durante um ano. Isto não foi realizado. Contaram apenas com algumas sacas

74

71

PROJ.	1	0	0	0	0
FLS.					
RUBRICAS					

de arroz, feijão e farinha estragada, no início do ano da transferência. O posto também não supriu suas necessidades, tendo sido levados a procurarem auxílio junto à Prefeitura de Nova Clinda do Norte, quando conseguiram alguma alimentação.

Atualmente, estão fazendo farinha em meagem com os moradores da Aldeia Laranjal, porque a mandioca que plantaram ainda levará mais algum tempo até poder ser colhida. Se mostraram muito revoltados e ressentidos com a falta de apoio por parte da Funai, no processo de sua transferência, e também por não terem tido ainda oportunidade de explorar castanheais. Tiveram alguns atritos com a comunidade por tentativas de extração de castanha em locais que já possuíam proprietários. Segundo o chefe do PI, para a próxima safra, terão suas colocações nos castanheais do Igarapé Miracãoera. Naturalmente ainda estão tendo algumas dificuldades de interação com os Munduruku, pelas diferenças culturais, e pela situação de "hospedes" sendo considerados pelos Munduruku como menos desenvolvidos, que às vezes se referem pejorativamente aos Sateré, como "a Sateresada". Como é uma relação inter-tribal hierarquizada, exige uma atenção especial, e uma conscientização dos grupos em conjunção, por parte do chefe do PI, para minorar as dificuldades de integração dos Sateré, à comunidade local.

VIII - Aspectos de Saúde e Saneamento

A auto-medicação através de ervas e raízes medicinais é muito utilizada pelo grupo. Ao lado desse tratamento a xamanismo é muito praticado, havendo maior crença nos seus métodos, resistindo muito em se deslocarem para outros locais a fim de tratamento, em especial os mais idosos. Há um pajé na Aldeia Mucajá, que é muito conceituado entre eles, e inclusive entre os regionais, que é muito procurado tanto pela população de Laranjal como pela de Coatá. No PI Laranjal, fazem um tratamento conjunto, o pajé e o Monitor de Saúde realizando um intercâmbio de pacientes.

O serviço médico assistencial mais próximo, é Nova Clinda do Norte, sendo que os casos mais graves são encaminhados pa-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. 0461/9
REC. 051
EXTER F.

na Manaus. No PI Coatá, não contam com enfermaria e assistente de enfermagem. A Sede do mesmo, funciona como enfermaria provisória, onde contam com alguns medicamentos que são ministrados indiscriminadamente pelos funcionários locais. Os medicamentos mais utilizados são os antibióticos injetáveis para o tratamento de gripes e outras doenças. Além de antibióticos, existem vários outros tipos de medicamentos, mas somente na sede do PI, aos quais, não tem fácil acesso, os moradores mais distantes. As doenças mais comuns são a gripe, problemas respiratórios, dermatoses, gastro-intestinais, e de ouvido. Também problemas dentários são muito comuns, já sendo muito raros os casos de malária.

As E.V.S. visita a área de 1 a 2 vezes por ano, com sua equipe de médico, odontólogo, laboratorista e enfermeiro. Normalmente, permanecem na Sede do PI, procurando reunir toda a população, fazendo os exames e distribuído os medicamentos necessários. Há programação de atendimento à população nos locais onde se acham estabelecidos, pelas dificuldades de reunir todos os elementos. As imunizações realizadas foram BCG, sarampo, tríplice DPT (deseenteria, poliomielite, e tétano) e varíola.

No PI Laranjal, contam com um Monitor de Saúde na Aldeia Sede e uma enfermaria, e um outro na Aldeia Lucajá, através da Prefeitura de Borba, sendo fornecido alguns medicamentos do Posto para o mesmo.

IX - Aspectos Educacionais

Com excessão dos Saterés que são bilíngues, levando primeiro suas crianças a aprenderem a língua tradicional e depois o Português, os Hundurukus somente com mais de 50 anos, sabem a língua nativa, não havendo o menor interesse, incentivo e iniciativas, no sentido de ensinamento da mesma aos jovens. Dentro desse esquema caso não se promova o aprendizado da mesma, em poucas décadas ela estará extinta.

Quanto a escolas, na Aldeia Sede do PI Coatá, funcio-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROCC.	3400/50
...	...
...	...

na uma única, que atende apenas os moradores locais e os localizados nas proximidades. O restante da população não tem acesso às escolas.

A maioria dos estudantes se encontram em nível de alfabetização através do método tradicional de ensino, sendo poucos os elementos em níveis mais adiantados de escolaridade, devido à descontinuidade de funcionamento da mesma.

A frequência às aulas, é muito incentivada pelas famílias, manifestando os adultos desejo de estudar para aprenderem matemática, para fazerem suas transações comerciais. No PI Laranjal, todas aldeias iniciaram no presente ano, com suas escolas, todas com os professores mantidos pela Prefeitura de Borba, o que foi conseguido através de contatos feitos pelos funcionários da Funai local. Também na área do PI Laranjal, não houve um funcionamento permanente de escolas. Nas Aldeias de Mucajá e Igarapé Açu, houveram a partir de 1977, e na Aldeia Boca do Anta houve paralização em 1978 e 1979 por falta de professores. Na Aldeia Laranjal também houve carência de professores. Iniciou-se também o ensino na Aldeia dos Saterés (cipòzin.o). A maioria dos professores são da própria comunidade, ou elementos regionais casados com indígenas, utilizando todos os métodos tradicionais de ensino.

As escolas das diferentes aldeias do PI Laranjal, contam com um total de 152 estudantes, sendo 14 adultos que estudam no período noturno, na escola do PI Laranjal. Destes 152 alunos, 40 se encontram na 2ª série e 42 na 3ª série do curso primário.

Há uma média de 20% da população que já foram alfabetizados, e grande parte deles sabe escrever o próprio nome, apesar de não lerem.

X - Levantamento Ocupacional da Área

A área de Coatá Laranjal, sempre fora alvo de cobiça por elementos da sociedade nacional. Por volta de 1920 ocorreu o estabelecimento no Igarapé Coatá, de um comerciante Português chama

MOD. 115 do Luis Bentes, e um outro no Igarapé Jacundá, de nome Galdino

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROG. 1	0300/30
FILE	030
DATA	03/03

Mendes. Exploravam a área, e impediam que a comunidade indígena tivesse acesso aos trechos invadidos. O grupo se empenhou na expulsão dos dois, o que não conseguindo, eliminaram o comerciante do Igarapé Coatá, seccionando sua cabeça. De que se lembram, esta fora última "cerimônia da cabeça" que fizeram. O invasor do Igarapé Jacundá, acabou também se deslocando definitivamente da área, após ter sido ferido pelo grupo.

Até por volta de 1979, ocorriam conflitos com pescadores profissionais. Estes, invadiam o rio Canumã, normalmente à noite, para procederem a pesca, chegando inclusive a se utilizarem de bombas. A situação chegou a tal ponto, que o grupo reagiu, ferindo vários desses pescadores. Com isso, e mais a intervenção da Sudepe, foram proibidos de atuar dentro da área indígena, permanecendo atualmente no limite da área, próximas à foz do rio Canumã, aguardando a subida dos cardumes. No PI Laranjal, ainda procuram invadir a área do Laguiño, mas a reação dos moradores locais, vem intimidando a continuidade dessas pescarias.

Procuraram, recentemente, introduzir garimpeiros na região do rio Mapiá e rio Sucunduri (PI Coatá) e no Igarapé Paca (PI Laranjal), chegando a tentar subornar o chefe do PI Laranjal e ameaçá-lo de morte. Atritos entre a população indígena e os vários regatões que atuam na área, ocorrem com muita frequência, mas sempre sem conseguir resultados positivos, pela sua dependência dos mesmos para suprir suas necessidades que não são providenciadas pela administração local.

Os maiores conflitos vividos pela população de Coatá-Laranjal, são com os castanheiros que invadem sua área, no período da safra. Os trechos mais visados, são justamente os mais ricos em castanhas: o rio Mapiá (PI Coatá) e o Igarapé Paca (PI Laranjal). No PI Coatá, no início da última safra, conseguiram expulsar aproximadamente 6 famílias que se estabeleciam na área, no período do extrativismo, mas, apesar de seus esforços em resguardar sua área, em muito fica dificultada tais atitudes, uma vez que não contam com

48

PROCC. 946 / 8
FLS. 31
RUBRICAS 9

a demarcação de seu território, e nem com uma vigilância adequada por parte de elementos da Funai, nos trechos onde se verifica maior ocorrência de invasões (rio Mapiá e Igarapé Paca).

De acordo com informações fornecidas ao CT, pelo IN-
CRA em Manaus, existem cerca de 16 títulos de propriedades incidentes na área Coatá-Laranjal, que foram expedidos pelo Governo do Estado do Amazonas, durante as primeiras décadas de 1900. Segundo o ITERAN, o número de tais títulos seriam mais de 50, embora não nos tivessem apresentado nenhuma documentação que comprovasse tal informação. Vários detentores desses títulos de propriedade, já tentaram se fixar dentro da área indígena, mas tendo sido todas frustradas, na medida em que o grupo se mobilizou no sentido de defender seu território. No PI Laranjal, a tentativa foi por parte da família da proprietária Maria Madalena Figueiredo Pessoa, na região do Igarapé Paca. No PI Coatá, foi a família do proprietário chamado Manoel Lu-
po Saraiva (elementos da Prefeitura da cidade de Borba). Invadiram a região do rio Mapiá até o rio Canumá, mas com a resistência do grupo, foram obrigados a desistir, mas depois de terem procedido à venda de lotes dentro da área, e de trechos a agro-pecuárias sulistas que chegaram a fazer grandes desmatamentos no rio Mapiá, por volta de 1975. Outros elementos das cidades próximas, também procuravam invadir e explorar a área. Entre eles se encontrava o Prefeito da cidade de Nova Olinda do Norte, um indivíduo chamado José Rui (região do Rio Mapiá). Também, entre outros, um comerciante das proximidades, Levi Fontenele, e Abdão Mamude na área do Igarapé Parauá procuram aí se estabelecer. Mais recentemente, manteve contatos com a Sede do PI Coatá, um pretense proprietário, Kardec Abrabin, reclamando para si, a região da Aldeia Coatá e Aldeia Parauá, as mais populosas da área.

Apesar de todos os esforços dos vários proprietários, atualmente nenhum detentor de títulos se encontra estabelecido dentro da área de Coatá-Laranjal. O mais recente expulso, através de pressões do grupo, foi João Gilberto Valente (Processo FUNAI/PSE /

2095/79), que estendera os limites de sua propriedade localizada próxima ao rio Madeira, até o rio Mapiá. Este, apesar de ter abandonado os trechos da área indígena, continua hostilizando a população da Aldeia Coatá, que atravessa sua propriedade, quando se desloca até à cidade de Borba.

Outra fonte de conflitos para os Munduruku de Coatá Laranjal, é a ocupação de sua área, por 33 famílias de posseiros, num total de 215 pessoas, que aí se estabeleceram num período que varia de 4 a 60 anos. Não contam com recursos próprios para se deslocarem do local, e constantemente têm atritos com os indígenas, pelas tentativas de explorarem trechos não permitidos pelo grupo, ou de exploração de seus castanheais. Dentre esses posseiros, um localizado no Igarapé Miracãoera, localidade Potico, chamado Francisco da Magas, é o elemento que mais tem tido atrito com a comunidade de Laranjal. Além de explorar a área do Igarapé Miracãoera, explora também trechos do Igarapé Paça. Este já conta com alguns milhares de plantações: Seringa, castanha, cacau, guaraná, café e frutíferas, e ainda com 3 famílias a seu serviço. Como indivíduos de sua família, já chegaram a espancar elementos da comunidade indígena, estes ameaçam eliminá-los, caso não sejam tomadas medidas, no sentido da retirada dos mesmos de seu território. Quanto a essas 33 famílias de posseiros, seria conveniente a procura de solução para os mesmos, a fim de evitar a intensificação dos conflitos entre estes e a comunidade indígena.

No início do presente ano, a área de Coatá-Laranjal foi invadida pela Société National Elf-Aquitaine, que através de contatos de risco com o Governo Federal, procederá a prospecção de Petróleo no território indígena. Apesar de não contar com autorização da Funai, já se encontrava localizada no rio Canumã, um hotel flutuante, para acolher os 523 funcionários que se dedicarão aos trabalhos que serão desenvolvidas. Diversos acampamentos, com toneladas de explosivos, se acavam na região do rio Mapiá, os quais estavam sendo deslocados para diferentes pontos da área.

Diante da natureza de tais operações, e dos riscos a que ficará exposta a população indígena da área, faz-se necessário um esquema protecionista por parte da Funai, para garantir a segurança e a integridade da comunidade, que será afetada e prejudicada por esse gênero de pesquisa.

PROJ. N.	268/20
TEL.	236
RUBR.	<i>[assinatura]</i>